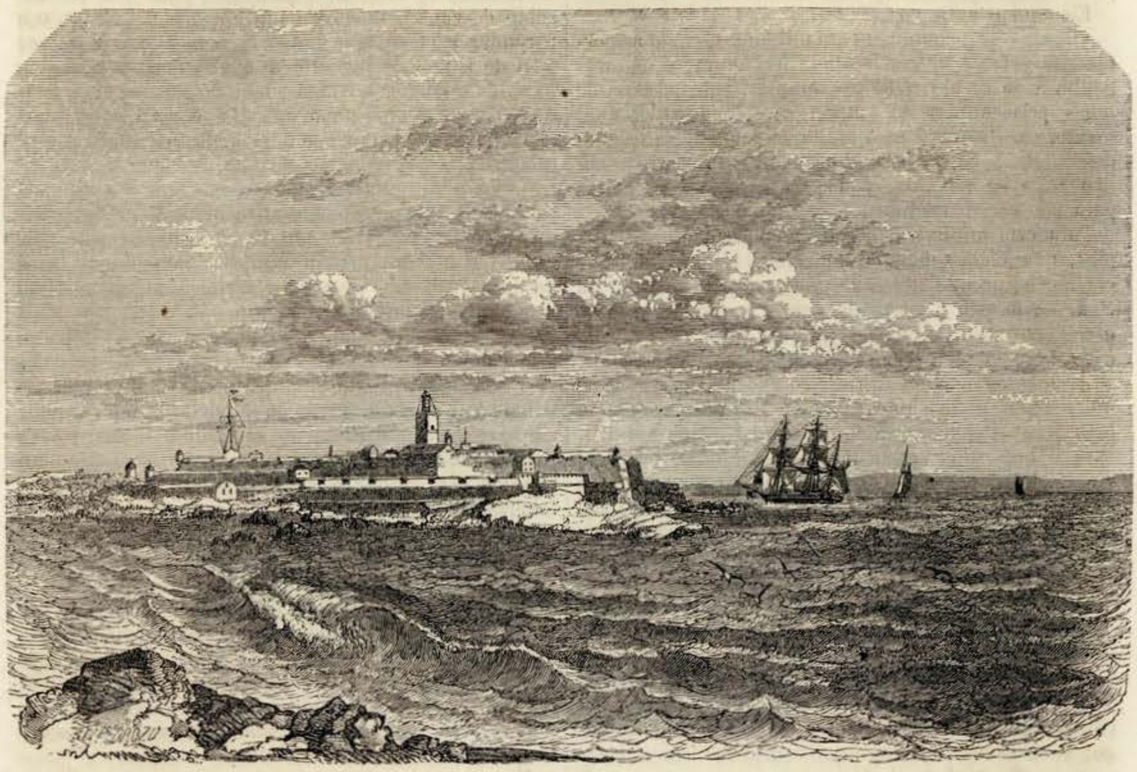
LISBOA



Torre de S. Julião vista do mar

No artigo «Defesa maritima de Lisboa» [1] se lançaram os primeiros traços da historia das fortificações do porto d'esta capital, com a estampa da torre de S. Lourenço da barra, vulgarmente chamada do Bugio. Hoje daremos a da torre de S. Julião.

Esta fortaleza, construida para defesa da barra de Lisboa, transformou-se, desde o tempo da dominação dos Filippes de Castella, em prisão de estado, e tem uma historia não menos lugubre e horrorosa que a Bastilha, a torre de Nesle e outras egualmente infamadas pelos flagicios que ahi padeceram muitas victimas da tyrannia politica e religiosa.

Tres epochas de dolorosa recordação conta este monumento maritimo: a primeira no reinado dos Filippes em Portugal; a segunda no ministerio do marquez de Pombal; a terceira durante a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel.

Na primeira epocha, todos os fidalgos e religiosos que se oppozeram ao direito de successão que Filippe II de Hespanha julgava ter á coroa de Portugal, foram encerrados n'esta formidavel torre, então chamada de S. Gião.

Ahi foram muitos d'estes presos julgados e sentenciados com tal barbaridade, que o continuador dos «Dialogos» de Pedro de Mariz, José Homem de Menezes, diz o seguinte, que é confirmado pelos outros escriptores do reinado do despotico filho de Carlos V em Portugal:

«E o que mais lastimava os animos de todos (os portuguezes) eram as mortes que se davam aos ecclesiasticos, em que cada noite se faziam justiças, lançando ao mar muitos sacerdotes e religiosos pela gruta da torre de S. Gião, formando-lhes crime de haverem desejado e aconselhado a defensão da sua patria; e até na insensibilidade do mar se conheceu publicamente o sentimento de tão exorbitante atrocidade, pois por muito tempo não deu peixe, antes tiravam nas redes os pescadores pedaços de corpos humanos, com tão espontanea confusão dos moradores, que foi necessario ir o arcebispo D. Jorge de Almeida a exorcismar o mar com as santas ceremonias da egreja; com o que cessou o horror com que o mar tinha assombrado a todos.»

Condiz com as crenças d'aquelle tempo a supposição de que o mar da barra de Lisboa estava excommungado; e por isso nem os pescadores queriam ir á pesca, nem vendiam o peixe que a principio traziam. Só depois que o arcebispo levantou a excommunhão foram ao mar.

Estas atrocidades são confirmadas pelo facto referido por muitos historiadores, de haver Filippe II, por escrupulos de consciencia (se a teve!), alcançado do papa um breve de absolvição da morte de dois mil ecclesiasticos que mandára matar por varios modos!

A segunda epocha foi no ministerio do marquez de Pombal. Fulminada a Companhia de Jesus por decreto de 3 de janeiro de 1759, e expulsos do reino os jesuitas, o marquez, attribuindo a alguns d'elles a conspiração dos fidalgos que mandaram dar os tiros a el-rei D. José, em Belem, na noite de 3 de setembro de 1758, encerrou 124 d'estes padres nas masmorras de S. Julião, onde jazeram por espaço de 18 annos, que decorreram até 1777, em que falleceu aquelle rei, e Pombal foi deportado.

Houve um jesuita que escreveu a triste historia d'este

[1] A pag. 233 do vol. V.

longo e atroz captiveiro. Que saibamos nunca se imprimiu; mas possuimos alguns cadernos do manuscripto com todos os visos de ser o autographo, do qual vamos dar um extracto sobre o modo de viver que os padres alli tinham, e as astucias que empregavam para terem communicação entre si.

Eis-aqui o extracto:

«Desde o principio que para alli fomos, como as portas das prisões tinham só uma fechadura, e não difficultosa de se abrir, todos, ou quasi todos, saíam de umas prisões para as outras, consolando-se mutuamente, mas sempre com muita cautela por não serem descobertos; pois em sentindo chaves ou outro reboliço tudo se recolhia, fechando á pressa as portas para não serem sentidos.

Para este ministerio nos tinha Deus dado duas espias, qual d'ellas melhor; a primeira foi um gato, que em lhe parecendo horas de quererem dar o jantar ou ceia, se ia pôr á porta da egreja por onde passava o clavigero com as chaves para vir abrir; mal o gato o sentia, partia a toda a pressa a dar signal de que se recolhessem, o que á risca se executava, recolhendo-se todos e fechando as portas; depois era muito bem banqueteado em toda a prisão em que entrava, para o que tinha ampla licença: esta era a espia de dia. A da noite foi um cão, que, grato aos beneficios que lhe faziam, deixou por uma vez a casa de seu dono, e nunca mais se apartou dos corredores que tinham aquellas prisões. De noite andava sempre álerta; em sentindo chaves, ou outro qualquer reboliço de quererem entrar, era tal a bulha que fazia, que parecia querer engulir a quem vinha de fóra: e não desistia em quanto o sujeito, fosse quem fosse, não tornava a sair para fóra. Com este signal dava tempo a que todos se retirassem aos seus quarteis, e se fechassem as portas para não serem sentidos do inimigo; e observou-se á risca que estas suas iras só eram para os que vinham de fóra; porque, em encontrando de noite qualquer padre nos corredores, sem abrir a boca o ia acompanhando para qualquer prisão para onde fosse; e como tudo isso era e se fazia ás escuras, succedia não poucas vezes estar deitado no corredor, e incautamente pôr-lhe o pé em cima; mas, como se nada d'isto fosse com elle, logo se levantava, e, pegando-lhe festivamente no roupão, o ia acompanhando até o introduzir no logar para onde ia. Similhante gratidão e beneficencia d'este animal não podiam soffrer os clavigeros, e vindo um dia apostados e armados para o lançarem d'alli fóra, vendo que por arte alguma o podiam conseguir, alli mesmo lhe tiraram a vida. Bem poderam elles aprender d'este animal a gratidão, e não serem sanguesugas, que nada bastava para saciar a sua sêde.

Dois annos, ou perto d'isso, durou este refrigerio de se abrirem as portas; porém a incauta consideração de um leigo italiano nos deitou a todos a perder; este, ou fosse por tedio da prisão, ou por pouco soffrido dos trabalhos, intentou a fuga. Tendo consultado estes seus projectos com um sargento ou cabo de esquadra com quem tinha intelligencia, este, depois de lhe mamar alguma coisa que elle possuia, deu parte ao coronel, o qual, vindo uma noite muito inesperadamente ás prisões só por observar o leigo, não só achou a este com a porta aberta, mas muitos outros que não esperavam pela visita. No dia seguinte mandou dar busca a todos, e tirar-lhes os instrumentos com que abriam as portas, e segurar estas de tal sorte, que além da fechadura que já tinham, lhes mandou pôr outra com um fortissimo ferrolho. D'alli por diante foram maiores as cautelas, tanto da parte d'elles em nos vigiar, como da nossa em lhes não dar materia de suspeita; comtudo sempre se ia trabalhando, pouco a pouco, pela liberdade, de sorte que a conseguimos, se não em todas as prisões, como d'antes, ao menos em algumas, abrindo-se ferrolhos e fechadúras, que tudo depois serviu de não pouca consolação a todos, e com especialidade aos que estavam enfermos, introduzindo-lhes o soccorro que cada um tinha, e lhes negava quem era obrigado a dar-lh'o.

Inventou-se tambem o podérmos fallar por um assobio de canna, que cada um era obrigado a ter, e a aprender a clave, que tudo era pela regra do *a b c;* foi este o melhor invento em que se deu; porque, em havendo qualquer novidade, logo a sabiam todos, dando-a pelo assobio quem a sabia, e estando os mais álerta escutando o que se fallava. Muitos annos esteve occulto este segredo aos de fóra, até que um dia se revelou, não o modo de fallar, mas sim a communicação pelo tal instrumento. Deu occasião ao descobrimento o ter remettido um padre pelo sargento-mór um livro a outra prisão, ou fosse isto porque lá se necessitava d'elle, ou porque n'elle ia algum escripto grudado ás folhas, que foi outro modo com que muitas vezes nos communicavamos; e estando o padre a perguntar pelo assobio se tinham recebido o livro, o apanhou n'esta empreza o sargento-mór; e attribuindo a acção a meninice lhe deu um bom varejo; riu-se o padre, e disse ao sargento-mór que estava perguntando se sua mercê entregára o livro que hontem lhe dera, e que o padre dizia que não. Benzeu-se o sargento-mór, attribuindo talvez o caso a feiticeria, e foi buscar o livro que, ou por esquecimento ou de proposito, tinha levado para casa.

Deixo de relatar outros modos de communicação que houve, como o servir de correio um gato, que um dia, esfogueteado, abalou com o correio ao pescoço, e no dia seguinte fielmente appareceu outra vez com elle, causando n'este intervallo não pequenos sustos; outros pescavam com uma canna para as prisões fronteiras, e todos saíam com a sua exhibição, visto os entendimentos não terem em que se occupar.

No que tocava á communicação para fóra, houve sempre muita cautela, e os vigias, n'este particular, tiveram sempre de nós bom conceito; comtudo, sempre se mandava buscar o que era necessario: vinham gazetas e mercurios, de sorte que, fazendo estudo particular os que tratavam de nós, de que não soubessemos o que ia pelo mundo, nada ignoravamos do que se passava na Europa. Mandou-se vir tudo o que era necessario para o santo sacrificio da missa, de sorte que era já rara a prisão que não tivesse todo o necessario para este santo ministerio, que tantas vezes requeremos e pedimos, e nos negaram como se fossemos hereges, ou estivessemos em terra d'elles! N'isto se empregavam as nossas congruas do vintem do vinho, alguma quarta de tabaco que se podia forrar, e tambem a ceia, quando nos davam um vintem por ella. Não deixámos de experimentar nossos logros; porque, sendo necessario muitas vezes fazer do ladrão fiel, abalavam com o que se lhes tinha dado, sem ser possivel o podel-os demandar, sob pena de sermos descobertos, e descobril-os tambem a elles, d'onde se poderiam seguir tristes consequencias.

Assim se passaram estes trabalhosos annos até ao mez de fevereiro de 1777, em que morreu o nosso monarcha D. José I, e foram logo os primeiros desvelos da nossa augusta soberana o soltar e dar liberdade aos innocentes, que gemiam ainda no grilhão em que os tinha posto a tyrannia de um governo tão despotico. Não se fallou logo em nós, por cujo motivo se persuadiram muitos que continuariamos n'aquella triste situação; porém enganaram-se, porque no mez de março appareceu n'aquelles carceres, mandado por sua magestade, o juiz da inconfidencia, movido, não de piedade nem de ordens que lhe désse o governo, porém mal acostumado ainda das violencias que exercêra no governo passado, de que era o braço direito, entrou comnosco a contas.

Mandou chamar os padres a um e um, em ordem a saber o fato que tinham, fazendo apontar n'um papel o que cada um necessitava, posto que depois deu só o que quiz. Tomou os nomes, edades e patrias, missões onde tinham estado e onde haviam sido presos; e, feito isto, perguntou para onde queriam ir. Os padres estrangeiros pediram ir para as suas patrias, requerendo passagem e viatico, a que elle logo annuiu, deixando ordem ao tenente coronel para que lhes procurasse navio.

Alguns portuguezes pediram tambem as suas patrias e casas dos parentes. Mas como não nos fallava em congrua, a requeremos, e tambem que nos mandassem para algum convento, com o que elle se enfureceu. Passados poucos dias nos mandou tomar medida de fato, que todo foi de viagem, e de lucto carregado, pela morte del-rei. Batina, nem coisa talar para se dizer missa, não quiz dar, dizendo que os clerigos em Lisboa diziam missa de casaca. Fez-se-nos esta, como o demais fato, á ingleza, parecendo uns *borlantins* os primeiros que saíram com ellas. Deu logo ordem ao tenente coronel para que os padres de Lisboa escrevessem aos seus parentes os viessem buscar dentro de tres dias; na certeza de que, se no dia estabelecido não saissem, se lhes suspenderia a ordinaria. Foi esta a maior consternação (depois da abolição da Companhia) que tivemos na torre. Unidos fizemos um memorial a sua magestade, que pozemos nas mãos do sr. marquez de Angeja, pedindo nos estendesse mais o praso, até sabermos se tinhamos parentes que nos podessem manter em suas casas, visto sermos quasi todos das provincias; supplicando juntamente a sua magestade se dignasse continuar-nos o sustento que até alli tinhamos recebido. O sr. marquez mandou-nos significar que estivessemos o tempo que quizessemos, porque sua magestade não nos faltaria com coisa nenhuma; e que tinhamos n'elle um bom procurador.

Os padres estrangeiros, com esta noticia, pediram o seu viatico, e foram para suas terras; os de Lisboa tinham já saido com medo das ordens do juiz da inconfidencia; e os demais esperaram até que sua magestade se dignou mandar expedir o seguinte decreto:

O marquez presidente do meu real erario ordene ao thesoureiro-mór d'elle, que pelo cofre dos bens confiscados, pague em cada um anno, com o vencimento do primeiro de julho proximo em diante, aos ex-jesuitas, a saber: a Timotheo de Oliveira duzentos mil réis; a Diogo da Camara, Francisco de Portugal e João de Noronha cento e vinte mil réis a cada um d'elles; e aos mais clerigos que foram da sociedade e tiverem saido das prisões de estado em que se achavam, e existirem n'este reino, trezentos réis por dia a cada um, para que, servindo-lhes de patrimonio, possam exercitar as suas ordens. E obterão os seus pagamentos por despachos do mesmo marquez presidente, ficando cessando, a respeito dos sobreditos, a tença de cem réis por dia com que geralmente tenho mandado contribuir a todos os ex-jesuitas que se acham n'este reino, e saíram da sociedade antes da extincção d'ella; cujos pagamentos lhes fará em quanto viverem, e eu não mandar o contrario; e com conhecimentos do recibo dos sobreditos, ou de seus bastantes procuradores, se levarão em conta ao dito thesoureiro-mór os pagamentos que n'esta conformidade fizer sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario. Palacio de Queluz, em 9 de setembro de 1777. — *Rainha.*»

Assim acabou o longo captiveiro de dezoito annos, que os jesuitas padeceram na torre de S. Julião.

No jornal allemão de Christoph Gottlieb von Murr (*Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur*. Nurnberg. 1775 — 89), publicou o P. Lourenço Kaulen, da vice-provincia do Maranhão, um extenso Diario d'este captiveiro, na lingua latina (*Historia persecvtionis Societatis Jesv in Lvsitania*), em diversos tomos do mesmo jornal, concluindo com a planta de todos os carceres da torre de S. Julião, da qual nos havemos de servir para a descripção da estampa das casas mattas que se está gravando.

(Continua)

O DOUTOR

Aqui lhes confesso muito á puridade, que as grandes dedicações á causa publica não me aquecem nem me arrefecem. Está a multidão de olho pregado n'ellas, e mais a historia que as inscreve nas suas taboas de oiro, e a immortalidade que as apanha logo. Com interesses por este feitio, não sei que o heroismo seja coisa para me admirar! De mais a mais, considero isso a maior parte das vezes uma exaltação cerebral, e tenho para mim que tal sujeito que se arruina ou mata com boa cara em pleno theatro, ao som dos applausos dos camarotes e da platéa, não passaria de ser um pobre figurão nos bastidores!

O que me impressiona e commove profundamente, mais do que poderia exprimir-lhes, é o heroismo de portas a dentro, a dedicação exercida á sombra sem nenhuma das excitações da gloria; é a abnegação e o sacrificio em presença de um dever fusco e quasi sempre ingrato. A vida burgueza da classe média tambem tem os seus heroes e os seus martyres; aqui vamos ao caso de um, se me dão licença.

Em 1847 fazia eu parte de uma sociedade de rapazes, que se reuniam para argumentar, discutir, e exercitar-se nas praticas oratorias, ganhando com estes ensaios o uso e resolução de fallar em publico. Muitos dos d'esse gremio tem hoje nome na sciencia, nas lettras, nas artes e nas armas; por ex: o medico Hopffer, esse bello espirito, João Felix Pereira, notavel erudito, Manuel Roussado, auctor da parodia do D. Jayme, Nuno Pacheco, official de artilheria e jornalista, etc. etc. É possivel que aquellas sessões não tivessem grande prestimo, mas serviam ao menos de ponto de reunião a trinta rapazes, que se entretinham por essa maneira uma tarde ou noite a conversar sobre pontos litterarios, em vez de a gastarem n'um botequim ou n'uma cocheira, como é moda do espirito da rapaziada de hoje.

Eramos todos amigos, e estavamos na idade das grandes dedicações. O que é feito de todos esses moços, que haviam promettido viverem juntos e juntos envelhecerem? A esta hora desce cada um por seu lado a collina por onde subiamos n'esse tempo de mãos dadas, e é milagre encontrar dois ou tres que ainda se procurem com a vista, e se digam adeus de vez em quando. Que de sonhos perdidos! Que de ambições desenganadas! quantos abortos de esperança! E não levaram grande tempo a passar, esses annos bellos da nossa juventude!

Pois n'esse tempo, que já vae tão longe, o acaso atirára para a nossa intimidade um moço por quem, uns e outros, nos haviamos prendido n'uma amizade de irmãos. Chamava-se Vasco da Cunha. Destinára-o a sua familia a bacharel, mas o rapaz apresentava aos vinte annos a paixão e o talento da musica. Não soffre duvida que os phrenologistas encontrariam grande conformidade entre o seu craneo e os de Mosart e Beethoven: era sympathico, sem ser bello; no entanto quem o observasse na geral de S. Carlos, em noite que se cantasse o *Othello* ou a *Sapho*, cuidaria ver o sopro de Deus passar n'aquelle rosto pallido. O fantastico Hoffmann, se o houvera visto assim, tel-o-hia amado. Vasco, de mais a mais, era dado á admiração muda; lembro-me de ter assistido a seu lado á primeira representação do *Rigoleto*;

não soltou uma palavra, nem fez um movimento de enthusiasmo; unicamente, assim que saímos, levou-me para longe da turba, e, dando-me subitamente um abraço, deixou cair com as lagrimas a impressão que o opprimia. Mergulhando o espirito nas profundidades da musica, sentira e comprehendêra tudo: passou o resto da noite a desenvolver-me as magnificencias da opera.

Era, como lhes disse, verdadeiramente uma paixão, unica que lhe conhecemos em todo o tempo que viveu entre nós. Haveria andado a pé vinte legoas para ouvir a symphonia da *Semiramis* ou da *Zampa;* era pobre, e privava-se alegremente de jantar para comprar o seu bilhete em S. Carlos: admirava-se o moço, e com razão, que os grandes compositores musicaes não fossem coroados como Petrarca no capitolio; uma occasião foi procurar Miró e deu-lhe um beijo no palco do Gymnasio depois da opera *a Marqueza.*

É facil de crer que com um talento assim não poderia deixar de ser musico. Conhecia effectivamente a divina lingua; lia uma *partitura* como a gente lê n'um livro, e todos aquelles pontos negros que nos parecem borrõesinhos de tinta, chilreavam sob os seus olhos e davam-lhe concertos deliciosos.

Vasco tocava rebeca, mas recusára sempre deixar-se ouvir por nós, dizendo que não tocava senão para si só, com o fim de acompanhar as melodias que lhe cantavam no coração. A fallar verdade, nenhum de nós tinha grande empenho de averiguar este phenomeno; levavam-nos para outro campo nossos gostos e instinctos, e em Portugal é tão raro o talento da musica, e a educação musical é de ordinario entre nós tão nulla ou tão incompleta, que as idéas que o preoccupavam não nos faziam móssa a nós. Não haviamos tido a fortuna de sermos educados ao piano como se está vendo hoje, e de crescer n'uma atmosphera de *dó ré mi;* por isso eramos n'esse ponto de uma ignorancia transcendente, como diriam os philosophos do «curso superior de lettras». Vasco representava para nós simplesmente um moço affectuoso e terno, louco por musica, e que não era leigo na arte. Não tinha elle proprio maior opinião de si. Dotado de grande candura, e ignorando-se a si mesmo, não cogitára nunca em perguntar á sua consciencia se esse sublime amor que o devorava não seria porventura uma revelação do talento que germinava n'elle. Apesar de não estimar similhante vida, ia-se preparando pelo estudo das leis a realisar a esperança da sua familia, e passava em Lisboa apenas um mez das férias grandes e oito dias das do Natal, soffrendo em silencio, mas sujeitando-se a tudo, porque era uma alma recta e forte, de todo o ponto compenetrada do sentimento dos seus deveres.

Aqui vae contar-se todavia o que succedeu.

Uma noite, indo visital-o e mais outro amigo (morava por signal n'uma agua furtada ao Soccorro), surprendemol-o n'um estado de exaltação que não seria facil descrever. Apanhámol-o em camisa, com o arco n'uma das mãos, e a rebeca na outra, cabellos em desordem, olhos desvairados, e a testa banhada em suor. Abraçou-nos exclamando: — Admiravel! Admiravel! Deve ser esta a symphonia que os anjos e os serafins tocam nos dias de festa aos pés do Eterno!

Tratava-se de não sei que velha symphonia que havia comprado na feira da ladra, e que estava diligenciando decifrar quando nós chegámos. No seu enthusiasmo, pegou no arco e na rebeca, e, estacando diante da estante, recomeçou. Era a primeira vez que o eu ouvia. Quando terminou, voltou-se para nós, e vendo-nos commovidos:

— Digam lá, é ou não admiravel?

— Soberbo! — respondemos nós. Adoravel!

E abraçamol-o, apertando-o ao peito. Contente, e sem suppôr que fosse elle a origem da nossa admiração, não resistiu ao encanto que o dominava. Similhante aos cantores que se deixam solicitar duas horas, e que não ha forças para fazer calar uma vez que principiem, tocou todos os trechos da sua predilecção. Não pensavamos em abrir intervallo, tanto era o extase em que nos mergulhava. Observamol-o com sopresa, porque, em tocando, não sei o que se passava n'elle que impressionava os mais. Era uma completa transfiguração. Illuminava-se-lhe a fronte; julgava ver em redor de mim como uma luminosa atmosphera, e ouvir as faiscas do fluido electrico borbulharem nos loiros anneis do seu cabello, que tremia todo. Inspirado o olhar, ventas abertas, convulsos os labios, havia em sua attitude, e até em seus nervosos dedos, que se estendiam nas cordas do instrumento, o que quer que fosse de imprevisto, pratico, pittoresco, que só pertence aos grandes artistas, e que a mediocridade tenta debalde imitar.

Em seguida a cada trecho vinha sentar-se a nosso lado, aos pés da cama, e ahi conversavamos a respeito da musica que nos amostrava. Contou-nos que devia o pouco que sabia a um tio velho, que por morte lhe legára a sua rebeca, verdadeiro thesouro, que beijava com veneração e amor. Tocou depois aquella walsa immortal a que a gente chama o ultimo pensamento de Weber, ou, para dizer melhor, tocou para nós esse pensamento ultimo a que a gente chama walsa.

Quando acabou, para dissipar qualquer impressão dolorosa, executou algumas phantasias brilhantes, e perguntando-se-lhe de que compositor eram, respondeu a sorrir que eram obra sua. Vendo-nos pensativos:

— Em que estão scismando? — disse.

— Pela minha parte, redarguiu o amigo a quem eu acompanhava, pergunto a mim proprio se não se dará o caso de ser você um talento sublime?

Largou elle a rir, e poz-se a rebolar em cima da cama como um gato a brincar; mas, de repente e sem respirar, tornou-se serio e grave.

— Amigos, disse, não vale dizerem-me d'essas coisas: é melhor não me inquietarem o animo; preciso de todas as minhas forças e da minha coragem toda.

A estas palavras, metteu a rebeca na caixa, e agarrando n'um livro, que era nada menos que as *Ordenações do Reino*, collocou-o debaixo do travesseiro.

— Este sujeito é a minha almofadinha, disse: é o talisman, que, á cabeceira, me defende das tentações da arte e das seducções da gloria.

N'essa occasião davam duas horas na Pena. Apertámos a mão de Vasco, e saímos atordoados, sem nenhum de nós saber o que devia pensar do que ouvira.

(Continúa) JULIO CESAR MACHADO.

A SENHORA DE REZA

(TRADIÇÃO GALLEGA DE M. PAZ)

Rio Miño,
vae caladiño,
que está durmindo
o meu menino!
(Cantiga do paiz).

I

O MINHO

Ha na Galliza um rio encantador, que, atravessando tres de suas provincias, apresenta a cada passo mil variadas paizagens, qual mais digna do pincel do Supremo Artifice.

Sempre marcha tranquillo e magestoso; sempre cercado de flores; sempre adormecendo com os seus murmurios os ferteis campos da patria.

Durante a noite, descem das montanhas sombras phantasticas para lhe vigiarem o sonho e desapparecerem ao primeiro signal da aurora; durante o dia, murmura canticos mysteriosos que vão perder-se na solidão.

O Minho é o eterno poeta da Galliza; os seus vagidos são uma epopéa sublime; e n'elles se encontram envolvidas as mais queridas e formosas tradições do tempo dos nossos maiores.

As ruinas feudaes que se reflectem nas suas ondas, contam-lhe em linguagem muda uma historia de crimes e sangue; a singela cruz de madeira que se eleva no visinho cume, lhe testimunha em accentuação christã a morte do infeliz viajante ao cruzar uma planicie, e que alli pelejaram gloriosamente os valentes defensores da liberdade e da patria.

E sólta uma canção em honra de tantos heroes.

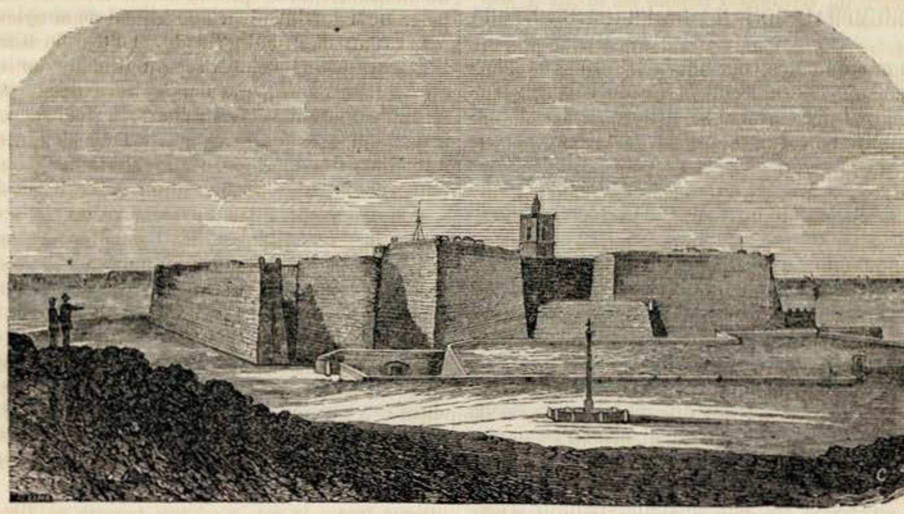
Tudo é formoso em redor do Minho.

Os passarinhos narram-lhe os seus amores; e o lavrador, tanto que declina a tarde e regressa á sua cabana, confia-lhe os segredos do coração como um amigo a outro amigo.

II

O POVO DE REZA

Sendo eu pequeno, ouvi da boca de um lavrador ancião, uma d'essas historias que, transmittidas de familia a familia, são o encanto dos camponezes quando reunidos com as suas esposas e os seus filhos, durante



Torre de S. Julião, vista da parte de terra, com a esplanada do Algoirão onde foi enforcado o general Gomes Freire, e modernamente se lhe levantou o monumento que na estampa se desenha

os serões do inverno, as referem em volta do fogo do lar, disfarçando assim a eterna duração das noites de janeiro.

Muito proximo da cidade de Orense, na margem direita do Minho, via-se ha seculos uma pequena ermida, de que ainda se conservam as ruinas, na qual se venerava uma formosa Virgem de marmore, hoje conhecida pelo nome de Nossa Senhora de Reza, representando a mãe do Redemptor, tendo nos braços o seu divino unigenito.

Na outra margem, e em frente d'esta ermida, está o povo de Reza, que tendo adoptado como padroeira a Virgem do mesmo nome, atravessava o rio em dia determinado do anno para tributar á sua protectora celestial as orações do christão.

Chegou um dia, em que desejando aquelle povo de singelos lavradores ter a Virgem no proprio solo, se determinou á sua trasladação.

Fundou-se para este effeito um templo mais sumptuoso que o primeiro, o qual ainda hoje é visitado a 18 de agosto pela gente das circunvisinhanças.

III

A TRASLADAÇÃO

Era um dia de maio.

O ceo appareceu sem uma nuvem, e o sol no centro da immensidade parecia enviado por Deus para coroar a festa religiosa dos habitantes de Reza; multidão de barquinhos cruzava a corrente do Minho, conduzindo de uma para a outra margem os preparativos da festa e grande quantidade de pessoas, entre as quaes se viam as predilectas filhas de Galliza, que alegravam a vista com as suas galas, e captivavam o coração de quem tinha o prazer de admiral-as.

Chegou a tarde, e a impaciencia desenhava-se em todos os rostos; em fim, os instrumentos animadores dos bailes campestres, e agradaveis companheiros dos aldeões gallegos, soltaram ao vento as notas da *alvorada*, e a procissão saíu da velha ermida, aproximando-se do rio no meio do alegre tangido dos sinos e estrondo dos foguetes.

Um lindissimo escaler, pintado de variadas côres, e adornado com arcos de flores, era o destinado para a Virgem; alli a collocaram debaixo de aromatisado toldo, e acompanhada de dois velhos sacerdotes começou a vogar para a margem opposta.

O clero e os concorrentes embarcaram tambem após da Virgem, e atravessaram o rio cantando hymnos sagrados.

Era aquelle um espectaculo sublime, digno de passar á tela de Raphael.

O buril da tradição gravou-o com caracteres indeleveis na alma dos habitantes de Reza.

O rio desenvolveu tambem a sua magestade, e murmurou um mysterioso canto que subiu ao firmamento envolvido no perfume das flores.

As ondas encontravam-se com força no meio da corrente, e o escaler da Virgem, como se fosse debil para conduzir tão preciosa carga, parecia prestes a naufragar; todos receiaram um incidente desgraçado, e um echo surdo de dor rompeu os ares; mas de

subito, diz a tradição, escutou-se uma voz angelical que dos altos exclamou:

> Rio Miño,
> vae caladiño,
> que está durmindo
> o meu menino!

....

O rio obedeceu áquelle mandado do ceo.

E a fluctuante romaria saltou felizmente em terra.

Desde então aquella parte do Minho está sempre tranquilla e aprazivel.

Os gallegos acreditam-n'o.

O poder da imagem sobre o liquido elemento faz com que os habitantes de Orense, sempre que a isso os obrigam excessivas chuvas, ou destruidoras séccas, vão a Reza, e levam a Virgem á cidade em procissão.

O ARCO TRIUMPHAL ROMANO DA PRAÇA DE EVORA

Entre os monumentos com que a arte romana adornou a cidade de Evora, contava-se um soberbo portico erigido na praça grande. Attribue-se a sua fundação a Quinto Sertorio, e assim devia ser, porque foi sob o seu governo que essa cidade attingiu, nos tempos antigos, o apogéo da sua prosperidade, e que as artes ahi chegaram ao maior desenvolvimento e esplendor.

Este monumento, que zombou por tantos seculos da acção corrosiva do tempo; que viu de pé, com sobranceria, passarem junto de si tantas nações estranhas, que vieram das mais frigidas regiões da Europa, e das praias ardentes da Africa á conquista do invejado torrão da peninsula iberica; que resistiu, em fim, a tantas vicissitudes, em quanto que o facho da guerra assolava, reduzindo ao nada, não só os monumentos, mas povoações inteiras, as principaes cidades da Lusitania; caíu em plena paz sob os golpes do alvião ao aceno de um soberano natural d'este paiz!

Foi el-rei D. Sebastião, e não D. João III, como dissemos, por um lapso de memoria, em outro logar, alludindo áquelle monumento [1], quem ordenou similhante barbarismo. A responsabilidade, porém, d'este acto vandalicó cabe toda ao cardeal infante D. Henrique. Este principe, funesto á tranquillidade publica pela introducção dos jesuitas n'este reino; funesto a todos os interesses moraes, mesmo religiosos, bem como aos politicos e economicos pelo estabelecimento do terrivel tribunal da inquisição, que elle, mais que o rei, seu irmão, solicitou e obteve mau grado do proprio papa; funesto á independencia do paiz pela sua pusillanimidade e subserviencia a ministro se conselheiros vendidos ao oiro estrangeiro durante o seu curto e triste reinado, não foi menos funesto aos monumentos da antiguidade de Portugal.

O cardeal infante fundou na praça grande de Evora um templo que foi dedicado a Santo Antão. Não se distingue esta egreja por magnificencia de construcção, nem por bellezas de architectura, nem por algum primor artistico. Todavia entendeu o devoto principe que a sua obra ficava affrontada com o sumptuoso arco triumphal, levantado por Sertorio n'aquella praça. O padrão, que alli commemorava o alto grau de civilisação a que chegára Evora no seculo anterior ao nascimento de Jesus Christo, teve a infelicidade de impedir que se desfructasse de toda a praça a frontaria da egreja de Santo Antão.

Apressou-se pois o cardeal infante a solicitar del-rei D. Sebastião, seu sobrinho, a auctorisação para ser demolido o arco romano. El-rei, que era mais dado a aventuras de guerra, do que ao culto das artes e da antiguidade, não se fez rogar muito, antes annuiu

[1] Vid. pag. 164 do v vol.

promptamente aos desejos de seu tio. Portanto levou-se a effeito a demolição do arco no anno de 1570.

Nenhum dos nossos antiquarios julgou conveniente tratar d'este bello monumento. O proprio André de Rezende, filho de Evora, e ahi morador no convento de S. Domingos, onde professára, nem uma só palavra lhe consagra nos seus escriptos, apesar de o conhecer e deixar em pé pela sua morte, e não obstante ter-se afadigado tanto para colligir e interpretar no seu livro de antiguidades as inscripções romanas que appareciam espalhadas por todo o paiz.

Comtudo, se não ficou descripção que nos desenhasse as feições do arco de Sertorio, restam d'elle importantes fragmentos, que dão testimunho da sua grandeza e sumptuosidade. Os demolidores pouparam oito columnas colossaes de marmore, e de ordem dorica, não por homenagem e apreço da arte, nem como memoria de uma epocha tão notavel da historia do paiz, nem finalmente como signal de simples respeito pela veneranda antiguidade. Pouparam-n'as porque D. Henrique as cobiçára para ornamentar o collegio do Espirito Santo, que na mesma cidade andava construindo para a Companhia de Jesus, edificação que principiou com os despojos dos dois mais ricos monumentos romanos que Portugal possuia [1], e que acabou por cimentar no paiz uma grave discordia. [2]

Como o arco, em todo o caso, não podia escapar á sanha dos demolidores, foi bom que as suas columnas podessem servir para alguma coisa. Assim se tivessem empregado em obra, onde se vissem, os outros fragmentos architectonicos e de esculptura, que provavelmente foram escondidos no grosso das paredes do collegio, ou affeiçoados a diversos misteres.

Agora que, pela abertura do caminho de ferro do sueste, a cidade de Evora apenas dista de Lisboa algumas poucas horas de viagem, não deixarão, certamente, de concorrer muitos visitadores á antiga capital do Alemtejo, que por tantos annos foi corte dos nossos reis.

Evora não tem bellezas de situação, nem regularidade de edificações, nem amenidade de arrabaldes, com que possa encantar os viajantes; mas em compensação tem muito com que satisfazer a curiosidade das pessoas que apreciam os monumentos da antiguidade, da historia, e das artes. Lembraremos a essas pessoas que podem alli ver as columnas do arco de Sertorio, decorando o refeitorio do collegio do Espirito Santo, onde ao presente se acha estabelecido o governo civil, e outras repartições da capital do districto, e a casa pia; e as columnas do templo de Endovelico no claustro do mesmo collegio. [3]

Poderão ver n'aquella cidade o templo de Diana com suas formosas columnas corynthias; os dois esbeltos e lindos pavilhões do aqueducto de Sertorio, ornamentados com columnas doricas e jonicas, com vasos e nichos; e outras reliquias da civilisação de Roma.

A cathedral do seculo XII, com o seu portico ornado com as estatuas dos apostolos, e com a sua magestosa capella-mór da epocha de D. João V [4]: a cerca de muralhas da cidade com suas torres e portas, começada por D. Affonso IV, continuada por D. Pedro I, acrescentada e concluida por el-rei D. Fernando [5]; o palacio real, onde el-rei D. João II solemnisou o consorcio de seu filho, o principe D. Affonso, com D. Isabel, filha dos reis catholicos, Fernando e Isabel, com

[1] O arco de Sertorio e o templo de Endovelico.

[2] Foi causa d'esta discordia, que rompeu entre a universidade de Coimbra e os jesuitas, e que agitou bastante o paiz, não tanto o estabelecimento da universidade de Evora, mas a pretenção que teve a companhia de, em vez de se limitar ao ensino das disciplinas ecclesiasticas, instituir n'esta sua universidade os outros cursos que havia na de Coimbra. Era o principio do plano que devia entregar-lhes nas mãos o monopolio dos estudos em Portugal.

[3] Vid. a gravura a pag. 161 do vol v.

[4] Vid. pag. 169 do vol. v.

[5] Vid. pag. 97 do vol. v.

festas que ficaram memoraveis por todo o reino pelo fausto e pompa até então não vistos [1]; a egreja de S. Francisco, fundação del-rei D. Manuel, e celebrada pela sua extraordinaria largura sem pilares ou columnas que ajudem as paredes a sustentarem a abobada; o convento contiguo, notavel pela casa chamada dos ossos; o famoso aqueducto restaurado por D. João III, ou mais exactamente por elle levantado sobre os alicerces do antigo de construcção romana; numerosos templos de differentes typos de architectura, em que se admiram algumas boas pinturas e ricos marmores; velhos e grandes palacios de muitas das antigas familias titulares do reino, d'entre os quaes sobresáe o dos srs. duques de Cadaval por sua fórma acastellada; o famoso quartel de cavallaria, denominado dos *Castellos* [2]; o museu archiepiscopal, onde se guardam varios objectos de arte e archeologicos, alguns d'elles achados em excavações nos arredores da cidade, ou n'outros sitios da provincia: finalmente, estes e outros edificios mais ou menos singulares por merecimento artistico, e mais ou menos ricos de tradições historicas, offerecem abundante e variado assumpto á curiosidade e exame dos estudiosos, agradavel e variadissimo pasto mesmo á simples contemplação de qualquer viajante que demandar a cidade de Evora.

I. DE VILHENA BARBOSA.

[1] Foi n'estas festas que nasceu, póde dizer-se, o theatro portuguez. Alli se estreou a primeira representação dramatica que houve no paiz, sem ser auto religioso. Foram simples entremezes.
[2] Vid. pag. 237 do vol. v.

PEDRO MASCARENHAS

(Vid. pag. 280)

O rei de Cochim, com ser barbaro, tão escandalisado se mostrou do que os nossos haviam feito a Pedro Mascarenhas, que disse: «O vedor da fazenda houve-se como doido. Se o governador (Mascarenhas) vier a minha casa, ninguem na India lhe fará mal». Curado das feridas que recebêra na tentativa do desembarque em Cochim, mandou entregar ao vedor todos os galeões com a fazenda del-rei para alli se vender, ficando só com um catur que o havia de transportar a Goa, mostrando (diz Diogo do Couto) que queria ir bem raso, e com menos suspeitas de tentar alguma coisa por força, se não por justiça; determinando o negocio por termos de paciencia, imitando Affonso de Albuquerque nas coisas que lhe succederam com o vice-rei D. Francisco de Almeida.

Saibamos agora o que aconteceu a Pedro Mascarenhas quando chegou á barra de Goa, referido por Gaspar Corrêa.

«O governador em seu catur foi caminho de Goa, sem topar com os que iam buscar; sómente um casado de Goa que ia para Onor em uma almadia, lhe contou de como tinha as barras tomadas, e que em Goa não podia entrar, e quaes as uniões lá iam sobre suas coisas; mas que todo o povo estava por elle, que diziam a Lopo Vaz que se havia de pôr a direito com elle sobre a governança. Pedro Mascarenhas ouvindo tudo ficou descançado, dizendo que não queria mais que direito e justiça; e foi seu caminho a Goa, e não quiz ir a Chaul, como lhe aconselhou Bastião de Faria e os que iam com elle, dizendo que não sabia se Christovão de Sousa o não quereria receber como fizera D. Simão.

Chegou aos ilheos da barra em 20 de março de 1527, onde deu com um bergantim de vigia que o aguardáva, e lhe tirou um tiro que amainasse; o que elle não fez, porque ia com bom vento; e foi para a barra, e o bergantim após elle. O tiro do bergantim foi ouvido na galé de Antonio da Silveira, que logo levou a tenda, que era ante manhã, e houve reboliço vendo ir o catur; e a galé tirou um tiro grosso que foi ouvido em Goa, que era o signal que Lopo Vaz mandára que lhe fizessem; e tirou a galé um falcão por cima do catur, e o governador amainou, e a remo se foi á galé, e a salvou com apito, e assim lhe respondeu a galé; chegando entrou pelo esporão onde Antonio da Silveira o recebeu com suas honras, dizendo que boa fosse sua chegada. Elle respondeu: «Prazerá a Deus que assim seja!» E se foram assentar na popa com muitos homens que ahi estavam. Pero Mascarenhas pediu agua, que lh'a deram com marmelada, e fallando com Antonio da Silveira lhe gabou a galé dizendo: «Bem defenderá esta uma barra a cem galés de rumes».

Antonio da Silveira lhe perguntou se topára um catur com recado do governador. Disse que não. Então lhe disse que o governador lhe mandava recado que se tornasse a Cananor, e que ahi o aguardasse até que elle fosse, que estava de caminho para lá, e alli determinariam suas coisas. Pedro Mascarenhas respondeu: «Folgára se esse recado achára. Ao menos não levára o trabalho com que venho afogando-me por debaixo do mar. E pois já sou aqui, em Goa se fará o que houvera de fazer-se em Cananor». Antonio da Silveira lhe disse: «A Goa não póde vossa mercê ir até eu o fazer saber ao sr. governador.» Respondeu Mascarenhas: «Segundo isso, parece que me estaveis aguardando para me tolher a entrada». Antonio da Silveira disse que sim, que o estava aguardando. Respondeu o governador: «Para me tolher a entrada bastára aquelle bergantim; e esta galé estaria melhor empregada na barra de Panane, que tolhêra a entrada aos paráos armados que houveram de metter no fundo D. Jorge Tello em um bom galeão, em que lhe quebraram uma perna e mataram muita gente, e o tiveram quasi rendido, que é assás grande descredito nosso. E fôra melhor serviço alli, que estar aqui aguardando por mim que me defenda que entre em Goa em um catur em que venho de servir el-rei, com fome e séde e muitos trabalhos». Antonio da Silveira lhe disse: «O governador saberá o que faz, e quando fordes governador tambem fareis o que se vos antolhar».

No que assim estando, chegou Simão de Mello em uma galeota, e deu uma carta a Antonio da Silveira, que a leu, e disse a Pero Mascarenhas: «Senhor manda o sr. governador que n'esta galeota vos torneis a Cananor, e d'alli não saiaes sem seu mandado, e d'isto deis a menagem». O governador muito se affrontou, dizendo: «Não; porque me tolhem que vá a Goa. E já que me manda tornar a Cananor, porque hei de dar a menagem de que alli esteja sem ir para outra parte? Eu tenho dada a menagem na governança da India. Não tenho outra que dar». Disse Antonio da Silveira: «Se não derdes a menagem, manda o sr. governador que vos prenda em ferros». Elle respondeu: «Isso me faltava a mim ser aqui mettido em ferros, e em Cochim espancado e ferido! Ora pois assim é; e já que tomastes este bom encargo de serdes o tronqueiro, fazei vosso officio». Antonio da Silveira chamou pelo meirinho da galé, que logo veiu com um grosso grilhão, e o governador se assentou, e lh'o deitou dizendo: «Deita esses e outros mais, que mais merece o trédor de Pero Mascarenhas». Alevantando as mãos, e olhos com lagrimas ao ceo, disse: «Senhor, mais mereço por meus peccados, com que a ti só tenho offendido». O meirinho com turbação tremiam-lhe as mãos. Então disse o governador a Antonio da Silveira: «Senhor tronqueiro, este vosso criado está turbado; não sabe fazer isto. Vós o farieis melhor».

Respondeu Antonio da Silveira:

«Eu vos lançára esses ferros se o sr. governador m'o mandára. Dizei quanto quizerdes, porque essa liberdade tem os presos».

Disse o governador: «Preso e solto, digo com muita verdade que sou vosso governador, e por vosso governador me obedecestes vós, e todos os fidalgos que estão na India, e me mandastes chamar que viesse tomar a governança da India que me el-rei nosso senhor déra; do que me mandastes minha successão e instrumentos de vossas menagens, e que punirieis contra Lopo Vaz, governador que fizestes em minha ausencia. Aqui onde estou digo, que se veiu outra provisão del-rei em contrario, que me tirou o que me deu, e o deu a Lopo Vaz, digo que obedecerei mui inteiramente; e para isso não ha necessidade de menagem nem ferros. Mas se tal não é, para que é mostrar tanto mal contra mim, que aqui estou um só homem, que a ninguem tenho feito mal em toda a India, senão a moiros, por serviço de Deus e del-rei nosso senhor? E sendo isto verdade me tendes mettido em ferros para me justiçar. Agora venha o pregão; veremos a causa».

Respondeu Antonio da Silveira: «A causa é entre vós e o governador, que já diz que em Cananor se determinará». Disse Mascarenhas: Ora assim seja; que quem fizer o erro n'este mundo o pagará no outro, se n'este não houver pago. N'este mundo vos accusam as menagens que me empenhastes, e no outro os juramentos que a Deus jurastes, e tendes manifestamente errado. Eu fui o Moysés que estava com Deus tomando a lei no serviço de Bintão; e porque tardei fizestes bezerro que adorastes, e lhe chamaes governador. E pois assim é, se não tendes mais que executar em mim, mandae-me levar, que eu não posso andar. E se por meus erros tenho perdida a fazenda, ahi está n'esse catur quanta tenho. Fazei d'ella o que quizerdes».

Então foi tomado por dois homens e mettido na galeota, onde Simão de Mello lhe disse, entrando: «Senhor, obedecei a esta roda da fortuna». Ao que elle nada respondeu; e Antonio da Silveira disse aos do catur que se fossem com a galeota para lhe darem o que houvesse mister; mas o governador não quiz mais que um só moço que o servisse, e um barril de agua e conserva. E disse a Bastião de Faria, dono do catur, que se fosse para sua casa, e que seu fato lhe guardasse, se lh'o não tomassem, e que olhasse e fosse testimunha de como ia mettido em ferros, entregue em mãos de seus inimigos, «que se quizerem me podem deitar ao mar de cabeça, com que Lopo Vaz ficará mais á sua vontade na governança da India, que me tem tomada, sendo meu subdito por fé de juramento e menagem, e usando de poderes tyrannicos me faz os males que todos vêdes». Com o que se despediu, e foi dando á véla para Cananor.

Logo que em Goa se soube que Pero Mascarenhas estava preso em ferros, houve grandes alvoroços em toda cidade, com armas e ajuntamentos, em tanta maneira que Lopo Vaz se temeu que o prendessem, e não saiu fóra de suas casas, onde estava recolhido com os de sua valia. Pelo que logo á pressa mandou Fernão de Moraes n'uma caravella latina em que andava, que fosse tomar e levar o governador a Cananor, e o entregasse a D. Simão, e logo se tornasse para Goa. O que Fernão de Moraes assim fez com muita diligencia; e vendo que a galeota passava dos ilheos, foi após ella tirando-lhe tiros, com que a galeota aguardou, e chegando Fernão de Moraes lhe deu o recado que levava; e depois de tomadas as vélas, a caravella chegou com a popa á proa da galeota, e os marinheiros tomaram em braços a Pero Mascarenhas e o metteram na caravella. Ao que elle disse: «Andam commigo de Herodes para Pilatos». Fernão de Moraes lhe respondeu: «Senhor, de mim vos não queixeis, por que faço o que me mandam.» Disse o governador: «Fazeis o contrario do que tendes jurado e assignado, vós e quantos estão em Goa. Levae-me onde quizerdes, que isto algum fim ha de haver». Simão de Mello tornado a Goa, e Antonio da Silveira na galé, souberam que já o governador ia na caravella para Cananor. E como quer que em Goa não havia pessoa principal que d'estas coisas se não encarregasse, cada um repoisou de sua furia, vendo que não podiam fazer o que era necessario a tamanho caso, com o que Lopo Vaz ficou descançado e seguro em sua governança.»

(Continúa)

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

55.º

Não ha palavra mais importuna e molesta na lingua portugueza que a particula *que*, por se offerecer a cada passo com diversos significados, em razão de accumular muitos empregos grammaticaes, de que resulta embaraçar o discurso e causar repugnantes cacóphatos.

Os auctores antigos peccavam em atravancar a escripta com este vocabulo, tornando-a obscura; e póde ser que d'aqui provenha o dizer-se vulgarmente de uma coisa intricada — *que tem seus ques*.

Accresce a esta multiplicidade de *ques* nacionaes, os que tem acarretado do francez quantos por ahi escrevem sem cabal conhecimento da lingua materna.

Convem portanto que os principiantes ponham todo o cuidado em se precatarem contra esta invasão, que está barbarisando e endurecendo o nosso idioma; e tambem que sigam os bons auctores em supprimirem esta fastidiosa particula, principalmente quando ella occorre ao escrever antes dos tempos do indicativo e do subjunctivo, do que lhe vamos dar aqui alguns exemplos, pondo entre parenthesis o *que* supprimido, para avivar mais a exemplificação.

Temo *(que)* se não extingua, antes renasça em nós mais forçosa esta maldade. — Fr. Ant. das Chagas — *Sermões*, t. 2, pag. 162.

Se quizesseis tratar commigo sobre essa materia em que cuido *(que)* sou aguia. — Jorge Ferreira de Vasconcellos — *Eufr*. 3. 2.

Confrangeu-se o governador com resposta tão determinada; e chamando um criado lhe mandou *(que)* trouxesse o seu bochá (é um panno forte e quadrado, que tem na ponta uma fita larga: aqui mettem o mais resguardado do fato). — Bernardes — *Flor*. 3. 8.

Já sei *(que)* chegou a v. exc. a triste noticia que suppunha se tinha encoberto a v. exc. — Vieira — *Cartas*. t. 3. 9.

Pagar de todo bem sei eu *(que)* não posso.—D. Francisco Manuel — *Cartas*. 40.

No mar Pacifico raros são os naufragios, porque raras vezes ha tormentas. Tormentas d'alma são as paixões, *(que)* perturbam a paz interior, e n'esta perturbação naufraga a alma. — Bluteau — *Prosas*. t. 1. 166.

No fim da carta de que V. Magestade me fez mercê, me manda V. Magestade *(que)* diga o meu parecer sobre a conveniencia de haver n'este estado, ou dois capitães-móres ou um só governador. — Vieira — *Cartas*. t. 1. 10.

O que feito lhe disse *(que)* avisasse o infante. — Cardoso — *Agiologio*. 1. 199.

E diz *(que)* não podiam ser de outro instituto que dos Essenos. — Bernardes — *Flor*. 3. 230.

Aonde parece *(que)* ha uma como similhança de discurso e raciocinação. — Pacheco — *Divertimento Erudito*. t. 1. 563.

Cedeu voluntario (o condestavel) das terras que gozava, não consentindo *(que)* se despojassem os mais sem gratificação dos trabalhos. — *Vid. de D. Nuno*. l. 6. 716.